



IX ENCONTRO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

ISSN: 2594-5688

secretaria@sbap.org.br

Sociedade Brasileira de Administração Pública

ARTIGO

**O ‘ANÚNCIO’ DA NOVA GESTÃO PÚBLICA NA EDUCAÇÃO
ESTADUAL DE MINAS GERAIS**

VANYNE FRANCO FREITAS, CÍNTIA RODRIGUES DE OLIVEIRA,

GRUPO TEMÁTICO: 02 Análise de Políticas Públicas

IX Encontro Brasileiro de Administração Pública, São Paulo/SP, 5 a 7 de outubro de 2022.
Sociedade Brasileira de Administração Pública
Brasil

Disponível em: <https://sbap.org.br/>

O ‘anúncio’ da Nova Gestão Pública na Educação Estadual de Minas Gerais

Resumo:

Esta pesquisa buscou compreender o posicionamento do Governo Estadual de Minas Gerais em relação à Nova Gestão Pública, por meio dos anúncios gráficos de seus principais programas educacionais. Para tal, foi realizada uma pesquisa qualitativa-interpretativa, de base documental e em dados secundários, que seguiu o caminho metodológico de análise de discurso de Costa e Leão (2012), inspirado no projeto arqueológico de Michel Foucault. Como resultado, as formações discursivas apontaram que o Governo de Minas Gerais publiciza sua posição de avaliador e regulador dos serviços educacionais, apresenta e reforça as parcerias público-privadas como eficientes, e identifica o indivíduo – sob a égide do empreendedorismo e do gerencialismo – como o responsável pelo avanço do Estado. Assim, ao reproduzir a lógica empresarial no campo discursivo, o governo objetiva direcionar um comportamento social e promover mudanças nas relações de poder entre sociedade e estado.

Palavras-chave: nova gestão pública. educação. público-privado.

Introdução:

O uso de sistemas de informação e de avaliações dos sistemas educacionais no país ampliam-se cada vez mais, a partir da reforma do Estado, e na linha da administração pública gerencial. Neste sentido, vários estados da federação adotaram seus próprios sistemas de avaliação e multiplicaram o monitoramento da educação (RODRIGUES *et al.*, 2016; KOSLINSKI *et al.*, 2017).

No Estado de Minas Gerais, este processo de reforma também se expande, com inúmeras ações e programas do governo estadual voltados à instituição de uma Nova Gestão Pública (NGP), e trazendo princípios empresariais e seus mecanismos à educação pública mineira.

Recentemente, uma matéria veiculada na página eletrônica do Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais – SINPROMINAS, intitulada “professores contestam propaganda do governo estadual”, despertou o questionamento inicial deste estudo acerca das propagandas do governo mineiro veiculadas na internet e sobre o posicionamento do governo nessas propagandas. Nessa matéria, o SINPROMINAS informa que o Sindicato Único dos Trabalhadores em Educação de Minas Gerais - Sindute/MG havia publicado um informativo para desmascarar os anúncios publicitários do Estado de Minas Gerais sobre a educação: “apesar do governo investir mais de milhões de reais em propagandas, a comunidade escolar conhece a realidade da escola pública e sabe que o que se vê na propaganda não é real” (SINPROMINAS, 2022, n.p).

Com esta questão, em conjunto aos preceitos da NGP e aos seus processos de reforma do papel do Estado, de responsabilização dos agentes públicos, e de cultura de resultados na educação (VERGER; NORMAND, 2015), formulou-se o seguinte problema deste estudo: qual o posicionamento do Governo Estadual de Minas Gerais em relação à NGP na educação, propagado pelos anúncios virtuais de seus programas educacionais? Assim, o objetivo da pesquisa foi compreender o posicionamento do Governo Estadual de Minas Gerais em relação à NGP na educação,

por meio dos anúncios de seus programas educacionais.

Para responder este objetivo, foi replicada a análise de discurso nas propagandas do governo estadual, de acordo com as análises realizadas nos estudos de Costa e Leão (2012), inspirado no projeto arqueológico de Michel Foucault. O *corpus* da pesquisa foi constituído pelas propagandas – denominadas como anúncios gráficos – dos principais programas de Minas Gerais no período de 2019 a 2022, veiculadas nas páginas eletrônicas oficiais do Estado e relacionadas à educação, como no portal Agência Minas, Portal do Servidor e na página da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE.

Os anúncios gráficos foram considerados como meios de transmissão de significados, que demandam um processo interpretativo complexo e que têm como âncora a representação de uma cultura de destaque em uma sociedade (DENZIN, 2004). Como descreve Stiles (2004), a tecnologia digital transformou o domínio de uma cultura elitista em imagens do conhecimento protegido por artistas, fotógrafos e designers gráficos em uma mídia de comunicação em massa, e ver as coisas de novas maneiras pode ajudar a resolver problemas aparentemente intratáveis.

Em seus estudos, Costa e Leão (2012) reforçam a importância de compreender a construção de sentidos no complexo campo discursivo que se dá na reprodução de lógicas e de apropriação, e que envolvem consumo e consequências culturais, de conhecimentos, de economia. Essas reproduções são construídas por um modelo econômico dominante, em uma conflituosa relação entre poder e resistência, e é capaz de canalizar correntes de informação que dirigem o comportamento social (COSTA; LEÃO, 2012) – relação de poder e resistência a ser desvendada na reprodução de discursos representativos de uma determinada cultura.

Conforme Foucault (2014, p.39), o discurso político não pode ser desvinculado da prática de um ritual, que define os indivíduos qualificados ao discurso, os gestos, os comportamentos, as circunstâncias e todo o conjunto de signos do discurso, e “que determina para os sujeitos que falam, ao mesmo tempo, propriedades singulares e papéis preestabelecidos”.

Deste modo, ao compreender o posicionamento do governo estadual mineiro atribuído em seu discurso político, replicando a análise discursiva de Foucault, buscou-se contribuir para a compreensão dos impactos destas ações às instituições escolares e aos indivíduos envolvidos, e, do mesmo modo, ampliar o uso desta metodologia de análise aos discursos dos anúncios gráficos veiculados em páginas eletrônicas.

Como estrutura sequencial do artigo, após elencar a contextualização, o objetivo e as

contribuições, são apresentados os conceitos essenciais, os procedimentos metodológicos, os resultados e as considerações finais deste estudo.

Parte 1. A Nova Gestão Pública e a Cultura de Resultados na Educação

A NGP pode ser denominada como um movimento de reforma do Estado, cujo objetivo era responder à crise econômica dos anos 1970 - dentro do marco da regulação capitalista e em resposta às pressões externas recebidas pelo Estado – considerada como um programa de reforma do setor público com base em instrumentos da gestão empresarial, que teria como objetivo melhorar a eficiência e a eficácia dos serviços públicos nas burocracias modernas (MARQUES, 2020).

Como explicou Motta (2013), desde o século XIX, essa ideia espalhou-se com uma nova e promissora modalidade de gestão pública, e foi apresentada com o objetivo primordial de fazer o público atuar como o privado e adquirir eficiência, reduzir custos e obter maior eficácia na prestação de serviços.

Segundo Dardot e Laval (2016), essa racionalidade - importada da norma contábil - gera uma medida de eficiência supostamente neutra, com uma lógica de avaliação generalizada, que, por sua vez, objetiva o controle dos agentes públicos e a otimização de seus resultados. Também segundo estes autores, em uma cultura de resultados, as novas políticas trazem o *management* e a *performance* à administração pública e objetivam maximizar a utilidade da população, por meio do entendimento maciçamente contábil das atividades, e por meio da constante gestão de desempenho.

E não diferente de outros países, no Brasil, a NGP se consolida e é implementada como opção para buscar a qualidade na educação (MARQUES, 2020), trazendo a adoção da cultura de resultados às políticas educacionais.

Além disto, a cultura de resultados, baseada nesta racionalidade, “oculta as finalidades próprias da instituição em benefício de uma norma contábil idêntica, como se cada instituição não tivesse valores constitutivos que lhe são próprios” (DARDOT; LAVAL, 2016, p.313). No contexto da NGP, aos governos competem conduzir as políticas por um sólido enquadramento, no sentido de mudar a concepção do indivíduo – agora o homem-empresa ou o homem empreendedor – fazendo da formação dentro do “espírito de empreendimento” uma prioridade dos sistemas educacionais (DARDOT; LAVAL, 2016).

Ainda na NGP, ao invés de uma prestação de serviços direta, espera-se do Estado que fortaleça seu papel como regulador, avaliador e distribuidor de incentivos para provedores autônomos

dos serviços públicos (VERGER; NORMAND, 2015).

Alguns princípios da NPG, traduzidos nas políticas educacionais, seriam voltados à profissionalização, às avaliações externas de resultados e do rendimento escolar, às publicações dos resultados obtidos pelas escolas, e ao estilo gerencial para direção das escolas, ao financiamento das escolas com base nos resultados (VERGER; NORMAND, 2015). E ainda, com ações voltadas à redução do aparelho do Estado, à privatização, à cortes e redução do funcionalismo, e à implantação de parcerias público-privadas em diferentes formatos (MARQUES, 2020).

Segundo Marques (2020), mesmo que na NGP não se pretenda dismantelar o Estado, mas reconstruí-lo, a lógica permanece a mercantil, antagônica à lógica pública, que por sua vez é inspirada pela solidariedade, pela coletividade e pelos interesses dos cidadãos (MARQUES, 2020).

Este contexto traz o paradoxo entre os conceitos/princípios da educação e os princípios/práticas da gestão e da lógica empresarial (FAUSTINI *et al.*, 1998; PARO, 2009). A importância social da escola - com sua função enquanto instituição responsável por uma política e uma filosofia educacional - e a concepção da educação - como formação do ser humano em sua integralidade que em nada considere ou beneficie uma relação de dominação - necessitariam de uma administração escolar apta a mediar e atender esta pedagogia e estes objetivos educacionais, e não significar um obstáculo (PARO, 2009).

Assim, a retirada do Estado dos alicerces de sua própria existência - do serviço público confiado a ele, enquanto mantenedor de direitos - traz um papel exclusivamente de avaliador e regulador, que mobiliza novos instrumentos de poder e cria novas relações entre sujeitos sociais e governo (DARDOT; LAVAL, 2016). Estes aspectos surgem especialmente no contexto das políticas e programas dos atuais governos estaduais brasileiros, em uma lógica educacional gerencial com base na NGP.

Parte 2. As Políticas Públicas como precursoras da Nova Gestão Pública em Minas Gerais

Na NGP, espera-se que o Estado fortaleça seu papel como regulador, avaliador e distribuidor de incentivos para provedores autônomos dos serviços públicos, ao invés de um prestador de serviços direto (VERGER; NORMAND, 2015).

No Estado de Minas Gerais, com a posse do novo governo estadual no ano de 2019, foi eleito um governo advindo da iniciativa privada, com uma campanha sustentada em matrizes discursivas, políticas e ideológicas empresariais. Como principais promessas, a campanha desse governo trouxe

a renovação da política, o combate a privilégios, o enxugamento da máquina pública para redução do tamanho e da importância que o Estado desempenha na sociedade, além da promessa de colocar Minas Gerais em um “novo” caminho - “reestruturar o setor público, alcançar a eficiência econômica e o equilíbrio fiscal do Estado” (PARTIDO NOVO, 2018, p.4). De acordo com o Partido Novo, “a garantia da liberdade é a única e verdadeira função do Estado, e que, por isso, ele deve ser mínimo, pois o indivíduo deve ser dono de si” (PARTIDO NOVO, 2018, p.4).

Para isso, logo no início, reduziu o quadro do funcionalismo público, fez a revisão de contratos realizados pelo seu antecessor, promoveu a desestatização de empresas controladas direta ou indiretamente pelo Estado, e buscou o fortalecimento da estratégia de parceria público-privada na educação estadual. Todas estas ações refletem o gerencialismo como princípio da reforma da NGP deste governo.

Ball (2005, p.544-545) explica que, ao inserir o gerencialismo no setor público, insere-se uma nova forma de poder, com o “papel de destruir os sistemas ético-profissionais que prevaleciam nas escolas, provocando sua substituição por sistemas empresariais competitivos [...] que busca incutir performatividade na alma do trabalhador”.

Desta forma, as políticas públicas tornam-se mecanismos de reforma do setor público, pois proporcionam não somente mudanças técnicas e estruturais, mas também reformam os servidores públicos – pois mudam o que é feito e mudam as relações, as identidades e as subjetividades (BALL, 2005):

Novos papéis e subjetividades são produzidos à medida que os professores são transformados em produtores/fornecedores, empresários da educação e administradores, e ficam sujeitos à avaliação e análise periódicas e a comparações de desempenho. Novas formas de disciplina são instituídas pela competição, eficiência e produtividade. E novos sistemas éticos são introduzidos, com base no interesse próprio da instituição, no pragmatismo e no valor performativo (BALL, 2005, p.546-647).

Programas como Transforma Minas, Projeto SOMAR, Jovem de Futuro, Trilhas de Futuro e convênios/parcerias com Instituições privadas de ensino, instituídos a partir de 2019 com o Partido Novo, são exemplos de programas estaduais enquanto elementos de políticas públicas mineiras, posteriormente apresentados nas análises deste estudo.

Parte 3. Procedimentos metodológicos

Ao buscar compreender o posicionamento do Governo Estadual de Minas Gerais em relação à NGP, por meio dos anúncios de programas educacionais, este estudo caracterizou-se como uma

pesquisa qualitativa-interpretativa, com o pressuposto de que os significados são derivados principalmente das palavras (SAUNDERS *et al.*, 2009).

A pesquisa foi iniciada com o levantamento de dados secundários, tendo como fonte principal as propagandas do governo estadual – denominadas como anúncios gráficos – de programas educacionais de Minas Gerais, do período de 2019 a 2022, veiculadas nas páginas eletrônicas oficiais do Estado, como Agência Minas, Portal do Servidor e na página da Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais - SEE.

Após identificação dos anúncios gráficos, foi realizada uma pesquisa documental acerca destes programas e de suas ações, de modo a compreender o objetivo e alguns de seus impactos na educação pública mineira. A partir da análise documental, selecionou-se os programas que tiveram os mecanismos da NGP de maior destaque em sua constituição, como os programas Transforma Minas, Projeto SOMAR, Jovem de Futuro e Trilhas de Futuro.

A análise dos documentos foi com base na análise documental proposta por Bardin (2011, p.51): “uma operação ou um conjunto de operações visando representar o conteúdo de um documento sob uma forma diferente do original, a fim de facilitar a sua consulta e referência”. A partir dos atos normativos, foram elencados os objetivos e algumas ações e impactos às instituições escolares e aos atores envolvidos nestes programas, apresentados no Quadro 1.

Após a análise dos documentos, e com base na concepção de Foucault (2008) acerca do saber - que não está contido somente em demonstrações, mas também em narrativas, regulamentos institucionais, decisões políticas – como parte principal do *corpus* de pesquisa e por meio do método de observação direta, foram registrados e estruturados os discursos contidos nos anúncios gráficos dos programas selecionados, descrevendo o enunciado neles apresentado (Quadro 2).

Os anúncios gráficos foram explorados, com base na definição de *imagem*: uma representação da forma externa de um objeto, uma ilustração figurativa, ou uma semelhança de algo real ou imaginário (HAWKINS; ALLEN, 1991).

A análise do discurso dos anúncios foi por meio da análise do discurso foucaultiana, seguindo o caminho metodológico desenvolvido por Costa e Leão (2012). Estes autores usaram o projeto arqueológico de Foucault para entender a estrutura das formações discursivas, observando que a analítica interpretativa arqueológica de Foucault preserva a subjetividade do pesquisador. Em sua pesquisa, estes autores usaram somente os enunciados – separaram descrições enunciativas, regras de funcionamento e funções enquanto componentes analíticos do discurso segundo Foucault (2014) –

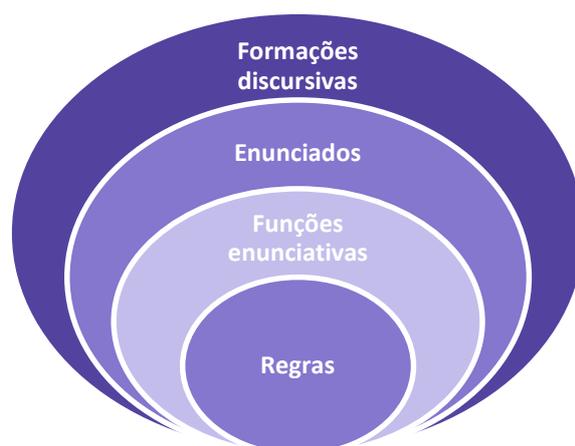
permitindo-se assim, a compreensão dos significados culturais que uma marca global de refrigerantes estabelece e reproduz em seus discursos, a partir de elementos da logomarca, de peças publicitárias, de material de merchandising, de fotos dos pontos de atendimento e de ações promocionais, entre outros.

Outros estudos, igualmente, trouxeram a análise do discurso foucaultiana como caminho metodológico, como os de Ficher (2001), que demonstraram a produtiva contribuição deste método às pesquisas em educação e à análise do discurso de políticas desta natureza, e os estudos de Lacerda e Mello (2020), que buscaram compreender os movimentos e os conflitos sociais no processo de organização de espaços urbanos no Cais de Mauá, localizado em Porto Alegre.

Como nestes estudos, para esta pesquisa foi utilizado o conceito de discurso de Foucault (2008) - apresentado como “conjunto de enunciados que se apoia em um mesmo sistema de formação”, enunciados que nem sempre são perceptíveis e para serem desvendados, deve-se assim considerá-los e interrogá-los. E ainda, o conceito de que a análise do discurso “não desvenda a universalidade de um sentido; ela mostra à luz do dia o jogo da rarefação imposta, com um poder fundamental de afirmação” (FOUCAULT, 2014, p.70).

Já as formações discursivas, de acordo com Costa e Leão (2012, p.458), foram identificadas a partir do conjunto representado pela combinação específica feita por eles entre “as linhas percorridas nos três níveis (dispostos em forma de colunas) previamente descritos (descrições enunciativas, funções e regras)”.

Figura 1 – Síntese do conjunto das formações discursivas



Fonte: Elaborado pela autora, com base em Costa e Leão (2012) e Foucault (2014).

Ainda em Costa e Leão (2012, p.459), “a descrição dos enunciados do campo discursivo constituiu-se a unidade enunciativa” e “a função constituiu uma ação que se revelou por meio da

existência de um domínio de saberes que lhes está associado”. E quanto às regras, Foucault (2008) as define como prática social, e podem ser consideradas como os sentidos dentro de cada uma das funções.

Deste modo, neste movimento de desconstrução dos sistemas de formação do discurso destes anúncios gráficos, foram descritos as funções enunciativas e as regras de formação, que juntos e devidamente cruzados, em conjunto, apresentaram as formações discursivas destinadas a nomeação e a análise (FOUCAULT, 2014).

Estas descrições e os resultados das análises são apresentados na próxima seção, com a apresentação dos programas educacionais mineiros que mais destacam a NGP, a estratégia de parceria público-privada e a reforma administrativa do Estado.

Parte 4. As formações discursivas dos programas do Governo de Minas Gerais

No Quadro 1 é possível observar os objetivos de programas como Transforma Minas, Projeto SOMAR, Jovem de Futuro, Trilhas de Futuro, nos quais estão presentes a estratégia de convênios/parcerias com instituições privadas de ensino, e evidentes os princípios da NGP enquanto pando de fundo de alguns de suas ações.

Quadro 1 – Síntese de programas educacionais mineiros com base na NGP

Programas/ações	Objetivo	Algumas ações na educação pública
Transforma Minas – instituído pelo Decreto 48.330, de 29 de dezembro de 2021	Aperfeiçoar o modelo de atração, seleção, desenvolvimento e desempenho de servidores para trabalhar no Governo do Estado; promover o desenvolvimento e o desempenho dos profissionais selecionados, realizado por meio de uma parceria com a Fundação João Pinheiro (MINAS GERAIS, 2022a).	Além da escolha de gestores de outras áreas da administração pública do Estado, por este programa foram selecionados os/as Superintendentes das Secretarias Regionais de Ensino.
Programa Jovem de Futuro do Instituto Unibanco	Ampliar capacidades e competências institucionais, coletivas e individuais no campo da gestão escolar e educacional para melhorar a qualidade do Ensino Médio Regular nas escolas públicas do estado, bem como contribuir para [...] diminuição da evasão escolar, por meio de apoio técnico pedagógico às unidades escolares, às unidades regionais e à unidade central (DOE, 2019).	Instituição do Ideb como fator chave da qualidade do ensino mineiro; formação técnica de gestores, com avaliação do conhecimento baseada em dados estatísticos; implementação do ciclo PDCA na gestão escolar (INSTITUTO UNIBANCO, 2019).
Projeto SOMAR	Iniciativa de Gestão Compartilhada de escolas de ensino médio da Rede Pública Estadual de Ensino em parceria com Organização da Sociedade Civil sem fins lucrativos” (MINAS GERAIS, 2022b, n.p).	Projeto piloto em três escolas públicas do estado, que apresentam indicadores abaixo da média e que oferecem exclusivamente o ensino médio: Escola Estadual Francisco Menezes Filho e Escola Estadual Maria Andrade Resende, situadas em Belo Horizonte; e Escola Estadual

		Cel. Adelino Castelo Branco, da cidade de Sabará.
Trilhas de Futuro	Oferta gratuita de cursos técnicos aos estudantes e egressos do ensino médio de escolas públicas e privadas, com perspectiva de empregabilidade, aproveitando-se da infraestrutura já existente e da expertise de instituições públicas e privadas (MINAS GERAIS, 2022c).	Fortalecimento da estratégia de parcerias público-privada, com destinação de recursos do governo estadual.

Fonte: Elaborado pela autora.

Em destaque, o programa Transforma Minas apresenta-se como inspiração as “reformas realizadas em países que criaram mecanismos modernos de recrutamento para profissionalizar a composição de altos cargos na administração pública [...] como o Chile [...] Austrália, além do Reino Unido” (MINAS GERAIS, 2022a, n.p).

No Quadro 2 são apresentadas as descrições enunciativas dos anúncios, observadas a partir do discurso presente em cada um e estruturadas de acordo com as os programas selecionados.

Quadro 2 – Descrições enunciativas dos anúncios

Programas	Composição do enunciado
Projeto SOMAR	Signos da logomarca do governo estadual; imagem de alunos e de professores em reunião, com falas apresentando o projeto como melhoria da educação nas escolas; símbolos com a concepção de união; e afirmações como ‘experiência inovadora’, ‘a escola é gratuita e pública’;
Jovem de Futuro	Signos da logomarca do Instituto Unibanco; imagem de alunos e professores; frase de destaque ‘Minas Gerais teve o seu melhor resultado no Ideb 2019’.
Programa Transforma Minas	Signos da logomarca do governo estadual; destaque dos símbolos da logomarca do programa ‘Transforma Minas’; palavras e afirmações como ‘mérito’, ‘competência’, ‘constante aprendiz’ e ‘destacar na sua carreira’.
Trilhas de Futuro	Signos da logomarca do governo estadual, acompanhados da frase ‘governo diferente, estado eficiente’; destaque do público-alvo ‘Profissional da Educação’; ênfase em expressões como ‘quando você avança, Minas inteira avança junto’, ‘vai ser doido de perder essa?’, ‘cursos técnicos gratuitos’, ‘com ajuda para transporte e alimentação’.

Fonte: Elaborado pela autora.

Figura 2 - Exemplo dos anúncios gráficos analisados de cada programa





Fonte: Elaborado pela autora com base em Minas Gerais (2022a, 2022b, 2022c).

Seguindo os estudos de Costa e Leão (2012), localizar a função enunciativa é decifrar a função que cada componente do enunciado promove dentro do contexto do discurso, e cada função é uma ação revelada por meio do saber a ela associada. As funções identificadas são apresentadas no Quadro 3.

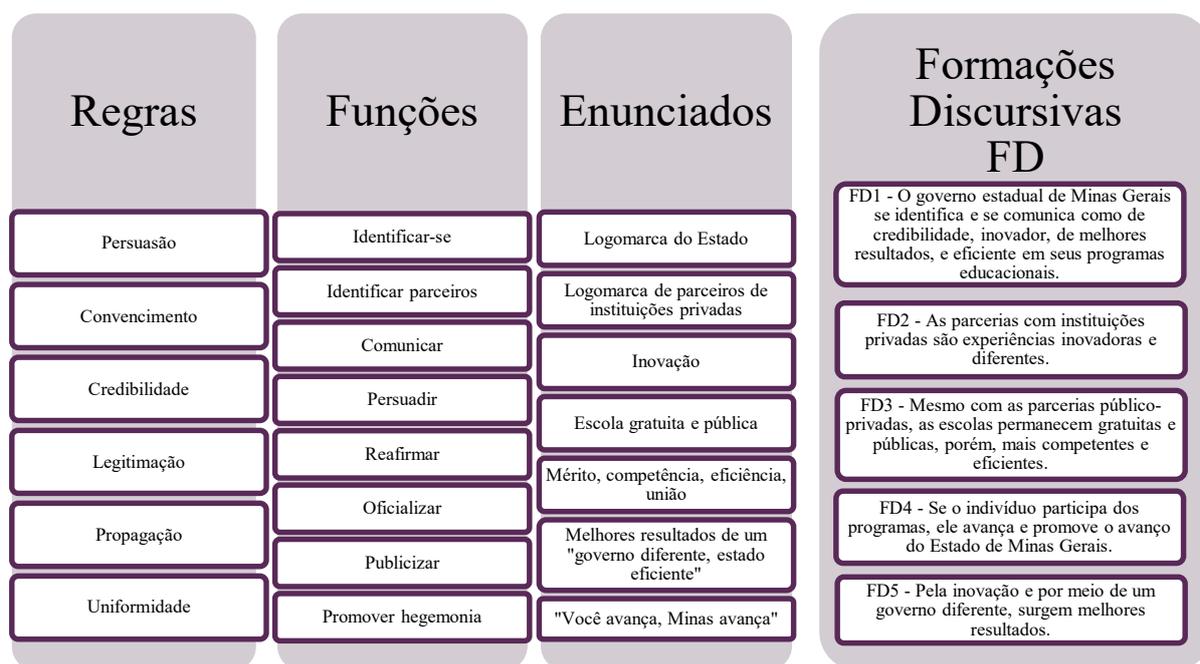
Quadro 3 – Funções enunciativas

Nome	Ação promovida
Identificar-se	Destacar o governo estadual como promotor dos programas
Identificar parceiros	Destacar as parcerias dos programas desenvolvidos
Comunicar	Fazer conhecer os programas desenvolvidos e seus benefícios
Persuadir	Convencer acerca dos benefícios dos programas e do êxito do governo no processo de melhoria da educação
Reafirmar	Comprovar os benefícios dos programas e o trabalho do governo estadual como diferente, eficiente, inovador
Oficializar	Legitimar os programas e suas ações
Publicizar	Propagar os programas como benéficos e inovadores
Promover hegemonia	Fazer prevalecer um discurso único acerca do desempenho do governo estadual, como eficiente e como promotor de melhoria na educação pública

Fonte: Elaborado pela autora.

Neste estudo, as regras seguiram o indicado em cada elemento presente nas funções enunciativas, que - de acordo com a concepção de Foucault (2008) acerca das regras como prática social - foram identificadas como persuasão, convencimento, credibilidade, legitimação, propagação, uniformidade. Em complementação, foram cruzados os resultados identificados como enunciados, funções enunciativas e regras, de modo que se chegasse às formações discursivas, conforme apresentado na Figura 3.

Figura 3 – Composição das formações discursivas



Fonte: Elaborado pela autora.

Desta forma, com as formações discursivas estruturadas a partir da análise do discurso, presente nos anúncios gráficos dos programas apresentados, foi possível compreender na Formação Discursiva 1 (FD1) como o Governo Estadual de Minas Gerais se identifica e se comunica: enquanto indivíduo qualificado, de credibilidade, inovador, de melhores resultados, e eficiente em seus programas educacionais. Do mesmo modo, identifica as parcerias com as instituições privadas como experiências inovadoras e diferentes (FD2), e que, mesmo com essas parcerias, a escola permanece gratuita e pública, porém, mais competente e eficiente (FD3). Logo, antes destas parcerias, as escolas eram menos competentes e eficientes.

Também, por meio da FD4, demonstra como o Estado identifica o papel das pessoas envolvidas nestes programas e qual o caminho para resultados melhores do governo: se o indivíduo

participa dos programas e ações, ele avança, e, ao mesmo tempo, promove o avanço do Estado de Minas Gerais.

Na concepção do indivíduo como dono de si e sobre o espírito de empreendimento (DARDOT; LAVAL, 2016), o Governo Estadual o responsabiliza – a partir da credibilidade e participação nestes programas – pela reestruturação eficiente da administração pública, e, conseqüentemente, por um governo diferente e pelo avanço do Estado, com melhores resultados (FD5).

A partir de mecanismos da NGP e evidenciados nas análises, como os indicados por Verger e Normand (2015) - melhoria de resultados a partir do Ideb enquanto indicador de qualidade, avaliações externas de resultados realizadas por parcerias público-privadas, publicização de resultados das escolas e responsabilização do indivíduo – foi possível compreender o papel do Governo Estadual de Minas Gerais como precursor, apoiador, executor e propagador da reforma proporcionada pela NGP. Ainda, termos como ‘eficiente’, ‘inovação’, ‘avanço’ refletem a cultura de resultados e o estilo gerencial da NGP, baseada em resultados e em critérios de mérito e produtividade (VERGER; NORMAND, 2015).

Como descreveu Dardot e Laval (2016), com estes programas realizados pela estratégia de parceria público-privada, ao invés de um prestador de serviços direto, o governo do Estado de Minas Gerais identifica-se, comunica, publiciza e legaliza seu papel como regulador e avaliador, e, além disto, de seu papel como fonte de recursos públicos para prestadores privados de serviços públicos, implementando novas ferramentas de poder e criando novas relações entre os sujeitos sociais e o governo estadual.

E ainda, pelas formações discursivas, estes programas são caracterizados como mecanismos de reforma do setor público, uma vez que, conforme Ball (2005) aponta, eles implementam o gerencialismo por meio de mudanças técnicas e estruturais, e reformam os próprios servidores públicos, implementando novos papéis, novas relações, novas formas de disciplina, novos sistemas éticos, de acordo com os interesses do governo estadual.

Considerações finais

Instigada a partir da matéria veiculada na página eletrônica do SINPROMINAS, que indicava desmascarar os anúncios publicitários do Estado de Minas Gerais sobre a educação no estado e revelar que milhões são investidos em propaganda que não revelam a realidade, esta pesquisa buscou

compreender o posicionamento do governo mineiro atual, veiculado por meio dos anúncios gráficos de alguns de seus programas educacionais.

Para tal, foi replicado o caminho metodológico de análise de discurso realizado nos estudos de Costa e Leão (2012), inspirado no projeto arqueológico de Michel Foucault, com o *corpus* de pesquisa estruturado a partir destes anúncios veiculados nas principais páginas eletrônicas oficiais do governo estadual.

Estruturadas a partir das análises, as formações discursivas revelaram o posicionamento do Governo Estadual de Minas Gerais, que se identifica e se comunica como diferente, de credibilidade, inovador, de melhores resultados, e eficiente em seus programas educacionais; revelaram o entendimento das parcerias com as instituições privadas como experiências inovadoras e diferentes, e que tornam as escolas públicas mais competentes e eficientes; e revelaram sua compreensão do papel individual dos envolvidos como responsável pelo avanço do Estado de Minas Gerais.

No movimento de redução do aparelho do Estado, de privatização e de implementação da lógica mercantil e da NGP em seus programas, o governo estadual mineiro se posiciona como avaliador e regulador dos serviços educacionais. Igualmente, responsabiliza o indivíduo - no ritmo do empreendedorismo - pelos resultados estatais, e concebe uma administração escolar paradoxal à função social da escola e da própria educação como formadoras e emancipadoras dos sujeitos.

Ainda nesta dinâmica, ao apropriar-se e reproduzir essa lógica no campo discursivo com o objetivo de direcionar um comportamento social, como indicaram Costa e Leão (2012), as formações discursivas revelam o que Foucault (2014) trouxe sobre o conjunto do discurso político e sua determinação de papéis: o papel preestabelecido do governo mineiro resume-se ao de implementador da NGP, com a propriedade singular de promover mudanças nas relações de poder entre sociedade e Estado. Por meio dos novos papéis instituídos, o gerencialismo - como princípio empresarial presente no discurso do governo mineiro, em conjunto a outros mecanismos da NGP - transforma, não somente a escola, ao inserir nela preceitos competitivos, mas também muda os sujeitos, as relações, as identidades e as subjetividades (BALL, 2005).

Deste modo, ao compreender o discurso político do governo mineiro, este estudo contribuiu à elucidação dos impactos destas ações às instituições escolares e aos indivíduos envolvidos. Além disto, ao replicar a análise discursiva de Foucault, pretendeu-se acrescentar o uso desta metodologia de análise - realizada em outros estudos, como nos de Fischer (2001), Costa e Leão (2012) e Lacerda e Mello (2020) - à análise de discursos de anúncios gráficos veiculados em páginas eletrônicas.

E como continuidade – uma vez que a análise interpretativa arqueológica de Foucault preserva a subjetividade do pesquisador (COSTA; LEÃO, 2012), e este estudo foi direcionado especificamente aos anúncios gráficos dos programas Transforma Minas, Projeto SOMAR, Jovem de Futuro e Trilhas de Futuro - sugere-se pesquisas acerca dos impactos efetivos destes programas às escolas e aos indivíduos envolvidos, e pesquisas sobre programas similares em outros estados brasileiros, de modo a ampliar a compreensão da implementação e das consequências da NGP na educação pública, bem como a compreensão da gestão dos governos subnacionais deste processo.

Referências:

COSTA, F. Z. N.; LEÃO, A. L. M. S. Formações discursivas de uma marca global num contexto local: um estudo inspirado no método arqueológico de Michel Foucault. **Organizações & Sociedade**, v. 19, n. 62, p. 453-469, 2012.

DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo**. Boitempo editorial, 2016.

DENZIN, N. K. Symbolic interactionism. In: FLICK, U.; VON KARDOFF, E.; STEINKE, I. (Ed.). **A companion to qualitative research**. London: Sage, 2004

DOE. **Diário do Executivo de Minas Gerais**. Minas Gerais, 07 ago. 2019. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/06/DOE-publica%C3%A7%C3%A3o-Acordo_07.08.2019.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

FAUSTINI, L. A. *et al.* Estrutura administrativa da educação básica. In: MENEZES, J. G. de C.; BARROS, R. S. M. de; NUNES, R. A. da C. **Estrutura e funcionamento da educação básica - Leituras**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 1998. Cap. 6, p. 137-151.

FISCHER, R. M. B. Foucault e a análise do discurso em educação. **Cadernos de pesquisa**, p. 197-223, 2001.

FOUCAULT, M. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 7 ed., 2008.

_____. **Ordem do discurso (A)**. Edições Loyola, 24 ed., 2014.

HAWKINS, J.M.; ALLEN, R. (eds). **The Oxford Encyclopedic English Dictionary**. Oxford: Clarendon Press, 1991.

INSTITUTO UNIBANCO (Brasil) (org.). **Relatório de Atividades Jovem de Futuro 2019 MG**. Minas Gerais: Instituto Unibanco, 2019. Disponível em: https://www.institutounibanco.org.br/wp-content/uploads/2020/06/IU-Relatorio_Atividades_MG_2019-digital.pdf. Acesso em: 01 fev. 2022.

KOSLINSKI, M. C.; RIBEIRO, E.; DE OLIVEIRA, L. X. Indicadores educacionais e responsabilização escolar: um estudo do “Prêmio Escola Nota Dez”. **Estudos em Avaliação**

Educacional, v. 28, n. 69, p. 804-846, 2017.

LACERDA, C. C. O.; MELLO, S. C. B. Se essa Rua Fosse Minha eu Mandava Ladrilhar: Conflitos Sociais no Organizar do Espaço Urbano e a Luta pela Significação entre Discursos e [R]Existência. **Organizações & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 787-819, 2020.

MARQUES, L. R. Repercussões da nova gestão pública na gestão da educação: um estudo da rede estadual de Goiás. **Educar em Revista**, v. 36, 2020.

MINAS GERAIS. Prodemge. Governo do Estado de Minas Gerais (org.). **Transforma Minas**. 2022a. Disponível em: <https://www.mg.gov.br/transforma-minas>. Acesso em: 20 mar. 2022.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. (org.). **Cartilha Projeto Somar**. 2022b. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Projeto%20SOMAR.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2022.

_____. SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. (org.). **Orientações para o credenciamento de instituições**. TRILHAS DE FUTURO. 2022c. Disponível em: <https://www2.educacao.mg.gov.br/images/documentos/Orienta.pdf>. Acesso em: 09 jun. 2022.

MOTTA, P. R. de M. O estado da arte da gestão pública. **RAE**, vol. 53, n. 1, 2013.

PARO, V.H. Formação de gestores escolares: a atualidade de José Querino Ribeiro. **Educação e Sociedade**, v. 30, n. 107, p. 453-467, 2009.

PARTIDO NOVO. Liberdade Ainda que Tardia. **Plano de Governo de Romeu Zema**. 2018. Disponível em: <http://divulgacandcontas.tse.jus.br/candidaturas/oficial/2018/BR/MG.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2021.

RODRIGUES, E. C. *et al.* Indicadores educacionais e contexto escolar: uma análise das metas do Ideb. **Estudos em Avaliação Educacional**, v. 27, n. 66, p. 662-688, 2016.

SAUNDERS, M.; LEWIS, P.; THORNHILL, A. **Research methods for business students**. 6a Ed. London: Pearson education, 2009.

SINPROMINAS. Sindicato dos Professores do Estado de Minas Gerais. **Professores contestam propaganda do governo estadual**. 2022. Disponível em: <https://www.sinprominas.org.br>. Acesso em: 20 abr. 2022.

STILES, D. R. Pictorial representation. In: CASSELL, C.; SYMON, G. (orgs.) **Essential guide to qualitative methods in organizational research**. London: Sage Publications, 2004.

VERGER, A.; NORMAND, R. Nueva gestión pública y educación: elementos teóricos y conceptuales para el estudio de un modelo de reforma educativa global. **Educação & Sociedade**, v. 36, p. 599-622, 2015.